



LUCIANA PAVOWSKI FRANCO SILVESTRE
(ORGANIZADORA)

INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA NAS CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS 2

 **Atena**
Editora
Ano 2019

Luciana Pavowski Franco Silvestre

(Organizadora)

**Investigação Científica nas Ciências
Sociais Aplicadas
2**

**Atena Editora
2019**

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Geraldo Alves
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Faria – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
162	<p>Investigação científica nas ciências sociais aplicadas 2 [recurso eletrônico] / Organizadora Luciana Pavowski Franco Silvestre. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Investigação Científica nas Ciências Sociais Aplicadas; v. 2)</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-689-8 DOI 10.22533/at.ed.898190710</p> <p>1. Ciências sociais. 2. Investigação científica. 3. Pesquisa social. I. Silvestre, Luciana Pavowski Franco. II. Série.</p> <p style="text-align: right;">CDD 300.72</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O e-book “Investigação Científica nas Ciências Sociais Aplicadas” publicado pela editora Atena, apresenta 40 pesquisas realizadas com temáticas que contribuem para conhecermos um pouco mais sobre a sociedade em que vivemos, bem como, sobre os desafios e estratégias relacionadas a esta.

Os artigos foram organizados em sete seções, além de dois artigos que trazem temas gerais para o debate. As seções estão divididas conforme segue: Desenvolvimento Urbano; Desenvolvimento Organizacional; Meio Ambiente e Economia; Políticas Públicas; Formação Profissional: Ensino, pesquisa e extensão; O feminino e as diferentes interfaces com as relações de gênero e Relações sociais: representações e reflexões;

O e-book apresenta caráter interdisciplinar e as publicações fundamentam o debate sobre temas que são centrais para a sociedade contemporânea. Possibilitam reconhecer e dar visibilidade às relações estabelecidas com os temas propostos e os aspectos econômicos, enquanto categoria central para se pensar nos desafios e estratégias postos para a vida em uma sociedade capitalista.

Destaca-se a seção que trata do tema “Formação Profissional”, em que são apresentados seis pesquisas voltadas para o reconhecimento da importância e contribuição do ensino, pesquisa e extensão para o desenvolvimento regional e prestação de serviços à população.

Os artigos e seções mantêm articulação entre si e contribuem para a divulgação e visibilidade de pesquisas que se voltam para o reconhecimento das estratégias e necessidades postas para vida em sociedade no atual contexto social, econômico e político.

Dra. Luciana Pavowski Franco Silvestre

SUMÁRIO

IV. POLÍTICAS PÚBLICAS

CAPÍTULO 1 1
IMPORTÂNCIA DA CADEIA DE CUSTÓDIA E O PROCESSO DE REVITIMIZAÇÃO
DAS VÍTIMAS DE ABUSO SEXUAL NA CIDADE DE PORTO NACIONAL-TO, BRASIL

Daniel Pires
Vanessa da Silva Matos Galvão
Fabiana Martins Venturini Andrade

DOI 10.22533/at.ed.8981907101

CAPÍTULO 2 12
INVESTIMENTOS PÚBLICOS E A GERAÇÃO DE EMPREGOS

Mírian Rampi

DOI 10.22533/at.ed.8981907102

CAPÍTULO 3 22
PERCEPÇÃO DE FAMILIARES SOBRE A PARTICIPAÇÃO NO GRUPO DE FAMÍLIAS
DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL EM APÓDI/RN

Vinícius Costa Maia Monteiro
Adriano da Costa Belarmino
Antônio de Pádua César Freire
Fernando Camanducaio Sales Leiteo
Isaac Newton Machado Bezerra
Jocasta Maria Oliveira Moraes
Maria da Conceição Lima Alves
Moisés de Oliveira Freire
Mônica Laís de Moraes
Newton Chaves Nobre
Pablo Ramon da Silva Carvalho
Verenilson de Paiva Silva

DOI 10.22533/at.ed.8981907103

V. FORMAÇÃO PROFISSIONAL: ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

CAPÍTULO 4 34
PESQUISA CIENTÍFICA E JUSTIÇA RESTAURATIVA NAS UNIVERSIDADES
BRASILEIRAS

Laís de Almeida Veiga
Isabel Maria Sampaio Oliveira Lima

DOI 10.22533/at.ed.8981907104

CAPÍTULO 5 40
DESENVOLVIMENTO REGIONAL E A CONTRIBUIÇÃO UNIVERSITÁRIA: UMA
ANÁLISE DAS PUBLICAÇÕES NACIONAIS E INTERNACIONAIS DE 2008 A 2016

Mariane Rodrigues Volz de Aguiar
Adriano Correia Rodrigues
Jairo da Luz Oliveira
Sheila Kocourek

DOI 10.22533/at.ed.8981907105

CAPÍTULO 6 52

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO CONTEXTO DA REFORMA AGRÁRIA: REFLEXÕES ACERCA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS, ASSESSORIA TÉCNICA E FORMAÇÃO PROFISSIONAL NO CAMPO

Iara Pezzuti dos Santos
André Siqueira de Mendonça
Raul Pacheco Lemos dos Santos
Margarete Maria de Araújo Silva

DOI 10.22533/at.ed.8981907106

CAPÍTULO 7 64

DISCENTES DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS: UMA VISÃO SOBRE A ÉTICA NA PROFISSÃO

Maria Helena Silva Gonzaga

DOI 10.22533/at.ed.8981907107

CAPÍTULO 8 74

A FENOMENOLOGIA DA ADOÇÃO: REFLEXÃO SOBRE A TEMÁTICA NO AMBIENTE ACADÊMICO DO CURSO DE DIREITO

Geraldo Alves Lima
Francisco Adaldson Junior Veras

DOI 10.22533/at.ed.8981907108

CAPÍTULO 9 92

PROJETO CIVIS: UMA EXPERIÊNCIA PEDAGÓGICA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA

William Mog
Lívia Teresinha Salomão Piccinini
Renata de Figueiredo
Beatriz da Fé Reis

DOI 10.22533/at.ed.8981907109

VI. O FEMININO E AS DIFERENTES INTERFACES COM AS RELAÇÕES DE GÊNERO

CAPÍTULO 10 105

“DESINVIBILIZANDO AS MULHERES EM CONTEXTO MIGRATÓRIO INTERNO”: INTERFACES ENTRE MIGRAÇÃO, TRABALHO E GÊNERO

Guélmer Júnior Almeida de Faria
Maria da Luz Alves Ferreira
Andrea Maria Narciso Rocha de Paula

DOI 10.22533/at.ed.89819071010

CAPÍTULO 11 121

UMA ANÁLISE FEMINISTA ATRAVÉS DAS GERAÇÕES ACERCA DA IMPORTÂNCIA DA MILITÂNCIA SINDICAL RURAL PARA A TRANSFORMAÇÃO SOCIAL DAS MULHERES

Débora Bianco Lima Garbi
Jáder Ferreira Leite
Elisa Maria Andrade Brisola

DOI 10.22533/at.ed.89819071011

CAPÍTULO 12	130
ECONOMIA CRIATIVA E SUSTENTABILIDADE RURAL: UMA ABORDAGEM A PARTIR DE MULHERES ARTESÃS DO SEMIÁRIDO ALAGOANO	
<i>Silvania Monteiro da Silva</i> <i>Manoel Valquer Oliveira Melo</i>	
DOI 10.22533/at.ed.89819071012	

VII. RELAÇÕES SOCIAIS: REPRESENTAÇÕES E REFLEXÕES

CAPÍTULO 13	142
O MORTO E SUA REPRESENTAÇÃO NUMA PERSPECTIVA DA ANTROPOLOGIA SIMBÓLICA	
<i>Davi Kiermes Tavares</i> <i>José Paulo Siefert Brahm</i> <i>Diego Lemos Ribeiro</i>	
DOI 10.22533/at.ed.89819071013	

CAPÍTULO 14	155
REFLEXÕES SOBRE A TEORIA DA SOCIEDADE EM REDE DE CASTELLS E A TEORIA DA REDE DE AÇÃO COMUNICATIVA DE HABERMAS	
<i>Lademir José Cremonini</i> <i>Odete Maria de Oliveira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.89819071014	

CAPÍTULO 15	174
DIGNIDADE HUMANA E LINGUAGEM CINEMATOGRAFICA: A TELA DA SOLIDARIEDADE	
<i>Ailana Amaral Alves</i>	
DOI 10.22533/at.ed.89819071015	

CAPÍTULO 16	181
DO GLAMOUR AO CHOQUE: A EXPERIÊNCIA ESTÉTICA DA MODA DE REI KAWAKUBO NA DÉCADA DE 1990 A PARTIR DE CONCEITOS BENJAMINIANOS	
<i>Camila Carmona Dias</i>	
DOI 10.22533/at.ed.89819071016	

VIII. TEMAS GERAIS

CAPÍTULO 17	193
UMA QUOTA DE CONTROVÉRSIAS SOBRE AS PESQUISAS ELEITORAIS	
<i>Luci Nychai</i> <i>Jaíne Machado</i>	
DOI 10.22533/at.ed.89819071017	

CAPÍTULO 18	219
ÍNDICE DOS ATOS DE INFRAÇÕES COMETIDOS PELOS CONTADORES FISCALIZADOS	
<i>Mariana de Oliveira Santos</i> <i>Joice da Cunha Soares</i> <i>Lilane de Araújo Mendes Brandão</i>	
DOI 10.22533/at.ed.89819071018	

CAPÍTULO 19	226
PAISAGEM URBANA E IMPACTO DE VIZINHANÇA: CONSEQUÊNCIAS DA INSERÇÃO DE UM EDIFÍCIO NO ESPAÇO URBANO	
<i>Susie Fonseca de Souza</i>	
DOI 10.22533/at.ed.89819071019	
SOBRE A ORGANIZADORA	243
ÍNDICE REMISSIVO	244

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO CONTEXTO DA REFORMA AGRÁRIA: REFLEXÕES ACERCA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS, ASSESSORIA TÉCNICA E FORMAÇÃO PROFISSIONAL NO CAMPO

Iara Pezzuti dos Santos

Escola de Arquitetura e Urbanismo, UFMG. Belo Horizonte – Minas Gerais

André Siqueira de Mendonça

Escola de Arquitetura e Urbanismo, UFMG. Belo Horizonte – Minas Gerais

Raul Pacheco Lemos dos Santos

Escola de Arquitetura e Urbanismo, UFMG. Belo Horizonte – Minas Gerais

Margarete Maria de Araújo Silva

Escola de Arquitetura e Urbanismo, UFMG. Belo Horizonte – Minas Gerais

sinalizadas pela Extensão Universitária, tanto no campo profissional da assessoria técnica e na formação de profissionais capacitados e mais conectados a essa complexa realidade, quanto no papel da universidade pública no aprimoramento das políticas no contexto da Reforma Agrária.

PALAVRAS-CHAVE: assessoria técnica; extensão universitária; reforma agrária

UNIVERSITY EXTENSION IN THE CONTEXT OF AGRARIAN REFORM: REFLECTIONS ON PUBLIC POLICIES, TECHNICAL ASSISTANCE AND PROFESSIONAL QUALIFICATION IN THE FIELD

RESUMO: Este artigo é desdobramento da experiência de Extensão Universitária em trabalho colaborativo entre a Universidade Federal de Minas Gerais, a Associação de Produção Agropecuária Ho Chi Minh e a Associação Arquitetas Sem Fronteiras, no contexto de um assentamento da Reforma Agrária do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Partimos das percepções das dificuldades enfrentadas pelos assentados na consolidação de sua vida no campo para investigar as complexidades existentes em seu cotidiano, sobretudo as lacunas institucionais presentes no processo de assentamento. A partir daí, apresentamos o relato da nossa experiência em campo a fim de apontar possibilidades

ABSTRACT: This article is a consequence of our experience in a collaborative work between the Federal University of Minas Gerais, the Ho Chi Minh Agricultural Production Association and the Architects Without Borders Association, in the context of a settlement of the Agrarian Reform of the Landless Rural Workers Movement (MST) in the Region of Belo Horizonte, Minas Gerais, Brazil. We start from the perception of the difficulties faced by the settlers in the consolidation of their life in the field to investigate the complexities existing in their daily lives, especially the institutional gaps during the settlement process. From this point, we present the report of our experience in the field in order to point out possibilities signaled

by the University Extension, both in the professional field of technical assistance and in the training of capable professionals more connected to this reality, as well as in the role of public university in the improvement of policies in the context of Agrarian Reform.

KEYWORDS: technical assistance, university extension, land reform

1 | INTRODUÇÃO

Este artigo pretende externar a dupla percepção - suscitada por atividades de extensão universitária – acerca das circunstâncias que modelam o cotidiano dos assentamentos da Reforma Agrária: urgências e oportunidades. Nos processos de ocupação de terras ociosas pelos movimentos sociais organizados, a conquista da terra sempre se dá após longos períodos de luta e resistência coletivas. Nesse processo, fortalecem-se valores sociais coletivos e desenvolvem-se práticas cooperativas, em uma luta diária dos assentados para se manterem e se consolidarem no campo. Entretanto, a luta dos principais atores sociais envolvidos e atuantes no movimento pela Reforma Agrária - os autodenominados Sem Terra - não termina após a conquista do território pelo Movimento. A experiência de extensão universitária no Assentamento Ho Chi Minh do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), localizado na zona *rural* do município de Nova União na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), tem evidenciado de forma contundente os desdobramentos dessa luta para a consolidação do assentamento e sobrevivência dos agricultores familiares após o reconhecimento institucional da condição de *assentados da reforma agrária*, em contraposição à condição anterior de *acampados* em terras improdutivas - marcada sobretudo pela insegurança da posse.

As terras abrigaram a antiga Fazenda Belo Horizonte e foram conquistadas pelo MST em 2005. Hoje, 13 anos depois, muitas famílias associadas da ASPRA - Associação de Produção Agropecuária Ho Chi Minh - permanecem sem acesso aos recursos e créditos governamentais para instalação e desenvolvimento de atividades no campo. Por esse motivo, muitos moradores são levados a manter vínculos de trabalho na capital, transitando diariamente entre o campo e a cidade consolidada para buscar seu sustento. Por outro lado, aqueles que optam por permanecer no campo enfrentam dificuldades para trabalhar a terra e sobreviver sem o aporte financeiro das Políticas Públicas dirigidas aos assentados do PNRA - Programa Nacional de Reforma Agrária.

Identificar e refletir sobre os impasses e potenciais saídas existentes no processo de implementação da Reforma Agrária demanda, portanto, uma compreensão deste contexto híbrido, pautado pela realidade e os modos de vida do campo e a dinâmica social, tecnológica e econômica do urbano. Nesse sentido, Lefebvre (1972) propõe o conceito de zona urbana, entendida como o estágio de organização espacial onde o capitalismo industrial, tendo se estabelecido e se consolidado nas cidades, rompe

suas antigas fronteiras e se expande por todo seu território de influência. Roberto Monte-Mór (1994) deriva o conceito de zona urbana para a ideia de uma urbanização extensiva, ou seja, o processo de urbanização que ocorre para além dos limites da antiga cidade industrial, e penetra o espaço regional através de relações socioespaciais. João Rua (2006) vai além da conceituação lefebvriana e, apesar de concordar com a existência de uma força do urbano no sentido de uma urbanização do rural, considera a necessidade de uma abordagem multiescalar, capaz de reconhecer as diferentes interações e trocas entre ambos, processo que ele caracteriza por urbanização no rural:

Se há um movimento de unificação urbano-rural pela lógica capitalista (...) com um certo sentido de equalização do espaço, há, por outro lado, muitas manifestações de resistência a essa equalização pretensamente homogeneizadora, que se traduzem por estratégias de sobrevivência das famílias rurais, (...) quando buscam manter ou (re)construir suas identidades territoriais. (RUA, 2006, p. 88)

Localizado na RMBH, o Assentamento Ho Chi Minh encontra-se justamente nessa zona de fronteira onde, de acordo com Rua (2006, p. 86) “rural e urbano fundem-se mas sem se tornarem a mesma coisa, já que preservam suas especificidades.” Dessa forma, torna-se impossível (ou pelo menos indesejável) pensar a questão urbana sem se pensar nas relações que a cidade consolidada estabelece com suas adjacências e vice-versa, bem como as relações socioespaciais provenientes destas trocas.

Segundo Alencar (2018), do ponto de vista da RMBH, as áreas definidas como rurais desempenham importantes papéis na dinâmica urbana, seja através dos vínculos em relação ao abastecimento de alimentos, seja pela sua relação com a preservação ambiental e dos recursos hídricos que garantem a sobrevivência da metrópole. Entretanto, o autor aponta para uma ausência de proposições específicas para as zonas conceituadas como rurais nos planos diretores dos municípios sendo que, quando existem, estas aparecem como diretrizes amplas e desconectadas do território. De acordo com Alencar (2018, p. 76) “[o território] é considerado apenas na demarcação das zonas urbanas e rurais, tratando-as de forma homogênea e antagônica (as zonas rurais comumente são delimitadas a partir da exclusão do que não é urbano)”.

Por outro lado, do ponto de vista dos assentamentos da Reforma Agrária, a complexidade territorial que se instaura com o processo de urbanização extensiva requer políticas públicas efetivas que garantam aos assentados condições para o desenvolvimento das atividades no campo. Apesar da existência de tais políticas no plano institucional, as diversas lacunas existentes no processo de assentamento, especialmente no que diz respeito ao acesso aos subsídios e linhas de crédito, muitas vezes impossibilitam que os assentados consigam expandir sua produção e garantir as mínimas condições de sobrevivência. Após a conquista da terra, as tentativas de acesso a esses créditos para a maioria dos assentados da reforma agrária na

RMBH são frustradas e marcadas pela desinformação e entraves institucionais mas, sobretudo, pela dependência a agentes externos em cumprimento às exigências de intermediação técnica, seja através de servidores públicos ou profissionais credenciados para a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER).

A partir das percepções propiciadas pela experiência de extensão universitária no Assentamento Ho Chi Minh, sobretudo quanto às dificuldades enfrentadas pelos assentados na consolidação de sua atividade produtiva e permanência no campo, buscamos neste artigo refletir sobre o alcance das políticas públicas existentes e investigar algumas lacunas institucionais existentes no processo de assentamento das famílias, mediante o relato dos trabalhos em curso envolvendo os assentados do Assentamento Ho Chi Minh, alunos e professores da Universidade Federal de Minas Gerais e profissionais da Associação Arquitetas Sem Fronteiras (ASF). Dessa forma, objetiva-se apontar as possibilidades sinalizadas pela Extensão Universitária tanto no que tange a discussão sobre o campo profissional da assessoria técnica em Arquitetura e Urbanismo e a formação de profissionais mais conectados e capacitados para atuar nessa complexa realidade, quanto ao papel da Universidade pública para a formulação, implementação e aprimoramento das políticas existentes.

2 | BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

O Assentamento Ho Chi Minh foi criado em 2005, após aquisição do terreno da antiga Fazenda Belo Horizonte pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Sua área total é de aproximadamente 784 hectares, o que inclui a área de estradas de uso comum, área comunitária, áreas de Reserva Legal e 37 lotes. Apesar da garantia de acesso à terra, as famílias assentadas permaneceram acampadas em um galpão - antigo alambique da fazenda - e em seu entorno até que o parcelamento e distribuição dos lotes fossem concluídos. Tal processo foi realizado pelo MST em parceria com assessores técnicos e vistoria do INCRA. A definição dos lotes foi realizada por meio de sorteio com possibilidade de algumas trocas entre famílias, contando com a mediação do INCRA durante todo o processo, dada sua responsabilidade institucional de aquisição e distribuição de terras para a reforma agrária.

Segundo Ana Cimbleis (2007, p. 25), o objetivo da distribuição de terras é "democratizar a estrutura de propriedade da terra, o que pressupõe transformar as relações de poder econômico e político responsáveis pela concentração fundiária". Isso implica na defesa da desapropriação de terras privadas que não cumprem a sua função social. A identificação de fazendas passíveis de desapropriação é realizada por meio de pesquisas cartoriais e consultas aos movimentos sociais, considerando alguns critérios pré-estabelecidos como a classificação dos imóveis rurais em relação a sua área ou a concentração de famílias do campo em situação de extrema pobreza.

Foi o caso da Fazenda Belo Horizonte, classificada como grande propriedade a partir dos parâmetros estabelecidos pela lei.

Após aquisição e criação do Assentamento, as famílias selecionadas são instaladas em seus respectivos terrenos. A titulação pelo INCRA às famílias se dá mediante Contrato de Concessão de Uso (CCU), que garante provisoriamente a permanência das mesmas nos terrenos e abre possibilidades de produção individual ou coletiva, além do acesso a políticas e programas de subsídios governamentais.

Nossa aproximação ao Assentamento Ho Chi Minh se deu no contexto de uma disciplina de extensão universitária – Uni009: Diálogos Metropolitanos, ofertada em julho de 2018 pela Escola de Arquitetura da UFMG, em parceria com a Associação de Produção Agropecuária Ho Chi Minh (ASPRA) e a Associação Arquitetas Sem Fronteiras (ASF). Nossa equipe, composta por 17 discentes da UFMG e três integrantes da ASF, acampou por uma semana no quintal de um dos assentados e encarregou-se de visitar as famílias interessadas em acessar o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR). As atividades realizadas consistiam em esclarecer as condições gerais do Programa Minha Casa Minha Vida - Rural (MCMV-R), de forma a entender as necessidades das famílias e as atuais condições de moradia, bem como verificar os documentos necessários para a solicitação de acesso ao programa. A equipe foi dividida em duplas ou trios encarregados de visitar uma família por dia, com as quais conversavam sem pressa e almoçavam juntos. As entrevistas assumiram a forma de conversas espontâneas, onde cada família tinha também a oportunidade de compartilhar um pouco de sua história, dificuldades e expectativas para a vida. O contato constante com as famílias permitiu que fossem ressaltados, muito mais do que os requisitos básicos para acesso ao programa, a rotina e o modo de vida daquelas pessoas. Foram sete dias de conversas, refeições compartilhadas e circuitos pelo assentamento que nos conduziram à reflexão acerca das dificuldades impostas aos assentados para o acesso pleno a seus direitos no campo.

3 | A DIFICULDADE DE ACESSO AOS SUBSÍDIOS GOVERNAMENTAIS

Segundo João Pedro Stedile (2003), além de garantir a democratização da propriedade da terra, a verdadeira reforma agrária deve também garantir as mínimas condições de sobrevivência aos assentados no campo, seja pela democratização do comércio e dos processos agrícolas, seja pelo acesso ao capital e ao conhecimento. Embora o acesso a terra represente uma substancial e indispensável transformação nas relações de dominação entre os possuidores dos meios de produção e os detentores apenas da sua força de trabalho, falta aos agricultores familiares o Capital. Como evidenciado pelo clássico tripé do modo de produção capitalista descrito por Marx (1984), Terra, Trabalho e Capital são fatores de produção essenciais ao processo. Transposta a barreira da propriedade da terra, abrem-se as possibilidades

de transformação das relações de poder econômico e político responsáveis pela concentração fundiária. Entretanto, sem acesso a recursos financeiros para instalação inicial da infraestrutura de produção, incluindo a moradia, ou para aquisição de insumos e equipamentos agrícolas, o ciclo produtivo não se sustenta e o trabalhador vê-se constrangido a produzir em escala reduzida, quando não apenas para subsistência da família. Configura-se assim um quadro de extrema vulnerabilidade social no qual o acúmulo de carências pode, no limite, levar ao abandono ou mesmo à expulsão de famílias das terras duramente conquistadas.

Nesse sentido, além de promover o assentamento e a redistribuição de terras, o INCRA opera um sistema de créditos destinados aos beneficiários do PNRA com o intuito de auxiliar no desenvolvimento de atividades produtivas nos lotes conquistados – os chamados créditos de instalação (INCRA, 2018). Dentre as modalidades de créditos disponíveis destacam-se, no caso do Ho Chi Minh: o apoio inicial, para aquisição de itens de primeira necessidade (até R\$ 5.200,00); o fomento, para a implementação de projetos produtivos e estímulo à geração de renda (até R\$ 6.400,00); o fomento mulher, semelhante ao anterior, porém destinado exclusivamente a projetos sob responsabilidade da mulher titular do lote (até R\$ 5.000,00); e os créditos para financiamento da construção de novas habitações rurais (até R\$ 34.000,00) ou reforma das habitações existentes (até R\$ 17.000,00) (Decreto 9.424/2018).

São requisitos comuns para acesso aos créditos mencionados o Contrato de Concessão de Uso (CCU), a atualização dos dados das famílias beneficiárias junto ao mesmo órgão, bem como a inscrição no Cadastro Único (CAD Único), realizada no CRAS específico da região do assentamento. Para acesso às modalidades Fomento e Fomento Mulher, é necessária ainda a elaboração de um projeto técnico por profissionais habilitados, que deverá passar por posterior aprovação do INCRA. Além dos créditos supracitados, o INCRA também é o responsável por autorizar a aplicação de créditos para o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), financiado pelo Banco do Brasil ou Banco do Nordeste, a depender da região. O programa é considerado inovador por possuir as mais baixas taxas de juros dos financiamentos rurais, além das menores taxas de inadimplência entre os sistemas de crédito do Brasil (INCRA, 2018). No caso específico do Pronaf, além de todos os documentos mencionados, as famílias devem ainda comprovar seu enquadramento no programa mediante apresentação da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP- A) ativa, emitida por agentes credenciados pela SEAD - Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (BCB, 2018). Em Minas Gerais, quem realiza esse trabalho é a Empresa Mineira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater-MG) ou sindicatos de trabalhadores rurais.

Pela descrição dos créditos disponíveis e a complexidade dos requisitos, percebe-se o grau de dificuldade de acesso aos mesmos pelos assentados. Em primeiro lugar, a maioria dos recursos depende da elaboração de um projeto técnico por terceiros - serviço realizado por empresas ou entidades credenciadas, o que

retira a autonomia dos assentados ainda que eles saibam quais atividades e como pretendem desenvolvê-las - e os coloca na dependência de agentes externos, tornando o processo para obtenção dos recursos lento. Cabe ressaltar que todo o trabalho envolvido nessa etapa constitui-se numa espécie de investimento de risco, pois não há garantia de aprovação dos financiamentos a serem solicitados. E ainda, caso aprovados, são assegurados recursos a título de remuneração da assistência técnica para acompanhamento da implantação do projeto, mas que, a rigor, não remuneram o trabalho anterior.

Assim, muitos assentados não conseguem esperar para ter acesso ao recurso e acabam por desistir de acessá-lo; em segundo lugar, no caso específico do Pronaf, o processo perpassa ainda pela Emater, representada pela figura do técnico responsável, que pode decidir ou não pela emissão da DAP. Segundo Afrânio Garcia (2003, p. 176) tal situação acaba por reativar formas de dependência pessoal, o que pode levar à constituição de redes de clientelismo político, bem como gerar conflitos e disputas entre os assentados, de forma a incidir sobre a coletividade do grupo (GARCIA, 2003).

Com relação à dependência nos projetos técnicos, sob a ótica dos prestadores de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), Fábio Ramos Nunes (2018) buscou compreender o papel histórico da extensão rural e investigar os principais entraves institucionais, políticos, financeiros e técnicos à execução desses serviços e de sua condição de disponibilidade e de continuidade junto aos assentados da Reforma Agrária. O autor aponta para a "frequente interrupção dos serviços de extensão rural", e identifica os períodos em que os assentados "não tiveram acesso a orientações técnicas para exercer as atividades rurais, o que gerou extrema dificuldade, inclusive para acessar recursos financeiros, tendo em vista o atrelamento do crédito rural à assistência técnica". (NUNES, 2018, p. 15). Embora reconheça a importância dos serviços de extensão rural, aponta para a vulnerabilidade das entidades diante dos frequentes atrasos no repasse de verbas pelo INCRA, à indisponibilidade de recursos para pagamento de técnicos e fornecedores, e às conseqüentes "interrupções temporárias ou definitivas dos serviços prestados" (NUNES, 2018, p. 87).

Para os assentados, a dificuldade e a demora na liberação dos recursos para o desenvolvimento de atividades na terra conduz à manutenção de vínculos de trabalho na capital, ou à realização de atividades paralelas - factíveis com investimentos relativamente baixos - para incremento da renda familiar como a produção e comercialização de pães, bolos, hortaliças, temperos, produtos cosméticos naturais, prestação de serviços internos, entre outros. João Rua (2006, p. 87) caracteriza esse processo como pluriatividade, entendendo-a como "uma estratégia da família, com a finalidade de - diversificando suas atividades [dentro e] fora do estabelecimento - assegurar a reprodução deste e sua permanência como ponto de referência central e de convergência para todos os membros da família".

Ainda segundo o autor, tais transformações mostram como o corte rural/urbano

desaparece através das relações estabelecidas sem que, no entanto, algumas características do campo desapareçam por completo. Atividades como o plantio de hortas e alimentos orgânicos para a venda em feiras especializadas na cidade tornam-se cada vez mais comuns entre os assentados. A existência de modalidades de crédito não voltadas exclusivamente para a agricultura – como o Fomento e o Fomento Mulher, por exemplo – podem indicar saídas para os assentados diversificarem sua produção e fontes de renda. Para tal, será necessária a formulação de políticas públicas que reconheçam e valorizem a autonomia dos moradores, especialmente como produtores e gestores, incentivando e desburocratizando seu acesso aos recursos públicos.

4 | ASSESSORIA TÉCNICA E O PAPEL DA UNIVERSIDADE

Como demonstrado ao longo deste artigo, o processo de reconhecimento dos assentamentos, delimitação, distribuição dos lotes e titulação das famílias pelo INCRA, bem como o posterior acesso a financiamentos e linhas de crédito dependem de projetos, orçamentos, e produção de documentos técnicos. Assim, o acesso às políticas públicas e sua consequente efetivação devem, necessariamente, passar pela intermediação de técnicos, servidores públicos e/ou profissionais credenciados como ATER. Essa dependência a agentes externos constitui-se no primeiro entrave, muitas vezes não superado, para o pleno desenvolvimento da agricultura e usufruto de direitos constitucionais pelas famílias. Diante dessa situação, o direito à assessoria técnica pública, gratuita e de qualidade, escolhida pelos grupos a quem se direcionam tais políticas públicas é uma bandeira histórica dos movimentos sociais (AMARAL, 2002, p.21; SILVA, 2016, p.2). Nesse sentido pode-se dizer que, ao longo das últimas três décadas, houve um processo de reconhecimento e estruturação do campo de trabalho na área da assessoria técnica, principalmente associada à extensão rural. Tal processo repercute, por exemplo, na implementação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (BRASIL, 2010). Já no campo específico de Arquitetura e Urbanismo, a estipulação de valores para a remuneração dos serviços de assessoria e elaboração de projetos técnicos para os programas voltados à habitação também sinalizam para a conformação deste campo profissional.

Entretanto, o acesso aos recursos destinados à assessoria técnica só se dá após um extenso trabalho de levantamento de dados que inclui diversas idas a campo para reuniões e entrevistas, normalmente em finais de semana ou à noite, além de todo o serviço posterior às visitas relacionado ao desenvolvimento dos projetos propriamente ditos. Esse trabalho é feito a princípio sem remuneração e sem a garantia de que, ao final do processo, serão contemplados pelos programas existentes e os serviços de assessoria serão finalmente remunerados. Ainda quando são contemplados, o trabalho continua com o acompanhamento das obras. Segundo Lombardi (2011), essas condições de trabalho enfrentadas por aqueles que trabalham na área, ainda que

assumindo características mais democráticas, participativas, e se relacionando com importantes processos de transformação social, podem configurar trabalho precário. A baixa disponibilidade de recursos foi um dos motivos práticos da parceria entre a ASF, entidade credenciada como ATER, a ASPRA, como entidade representativa dos assentados Ho Chi Minh e a Universidade Federal de Minas Gerais, por meio da disciplina de extensão. Tal parceria possibilitou a constituição de uma equipe maior para se dedicar, durante uma semana, à elaboração de um trabalho mais completo, que pudesse abarcar a complexidade das questões que permeiam um assentamento da Reforma Agrária.

Se, a princípio, a presença da Universidade no processo parte desta questão prática, ela representa significativos desdobramentos para a instituição e para a efetivação de seu papel na sociedade. A princípio, extrapolar os limites da tradicional sala de aula propicia, quase instantaneamente, a reconfiguração das relações entre quem supostamente ensina e aqueles que aprendem. Parte-se para uma relação mais favorável à manifestação de competências e habilidades individuais que reforçam o trabalho coletivo, em contrapartida à rígida definição de papéis representados e assumidos na polaridade professor-aluno. O trabalho de campo através da experiência extensionista, portanto, apresenta-se como uma ferramenta essencial para a transformação qualitativa da relação ensino-aprendizagem, capaz de conduzir à produção coletiva de conhecimentos e práticas mais afinados às reais necessidades do território de atuação. Nesse sentido, a experiência aqui narrada tem como um dos objetivos a ampliação das possibilidades de formação do profissional do arquiteto e urbanista na Universidade pública, ao garantir maior embasamento e experiência no campo profissional da assessoria técnica. O trabalho desenvolvido durante uma semana permitiu aos participantes, além de exercitar na prática habilidades desenvolvidas ao longo do curso, colocar em teste conhecimentos técnicos, métodos e bases teóricas, adequando-os ao contexto real.

Por outro lado, o envolvimento prático possibilitado pela extensão proporciona a oxigenação da discussão e do fazer acadêmico, orientando as pesquisas e a prática universitária para a urgência das principais questões sociais. Em última instância, a sistematização e a reflexão acerca das questões observadas em campo possibilita a caracterização dos modos de vida, cultura, habilidades e competências do trabalhador rural, além da compreensão da forma como se estruturam e se implementam as políticas públicas. Esse processo de entendimento, crítica e proposição a partir das questões percebidas em campo ganha dimensão na medida em que a Universidade passa a integrar uma rede de grupos e movimentos rurais organizados – tais como o MST ou a Via Campesina, interessados em discutir e aprimorar a efetividade e o alcance dos programas e políticas públicas. Nesse sentido, orienta-se para a construção de uma agenda comum de trabalho envolvendo famílias assentadas da Reforma Agrária, profissionais de assessoria técnica e extensão rural e a comunidade universitária para enfrentamento das contradições que permeiam o cotidiano destas

pessoas que, duramente, conquistaram a terra, mas ressentem-se de condições favoráveis para trabalhá-la.

5 | DESDOBRAMENTOS

A agenda comum é construída a partir das urgências e oportunidades encontradas no contexto do assentamento ao promover a articulação entre agentes interessados e a realização de propostas atreladas a uma reflexão crítica, capazes de potencializar a continuidade das ações. Dessa forma, os exemplos seguintes pretendem destacar as principais questões levantadas sobre o papel da Universidade nesse contexto, bem como evidenciar alguns desdobramentos já visíveis na perspectiva da construção de tal agenda de forma a combinar esforços, interesses, habilidades e saberes das três instâncias: famílias assentadas e movimentos sociais do campo, comunidade universitária e sociedade civil organizada.

A disciplina extensionista que proporcionou a escrita deste artigo teve como objetivo específico a organização e produção do conjunto de documentos necessários para a inscrição das famílias assentadas no Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR). A produção dos estudantes conformou um acervo da disciplina que contém: formulários com dados dos moradores; levantamento arquitetônico das moradias; levantamento fotográfico aéreo dos terrenos; propostas de projetos arquitetônicos das moradias a serem construídas ou reformadas no âmbito PNHR; relatos das conversas realizadas com os moradores; reflexões críticas sobre as políticas públicas.

Destaca-se o papel pedagógico da disciplina também por inserir as pautas da reforma agrária e do MST na formação acadêmica. A fim de garantir a continuidade desse processo para além da disciplina extensionista, outro desdobramento é a elaboração do Projeto de Extensão intitulado Construção de agenda comum entre Assentados da Reforma Agrária, a Extensão Rural e a Extensão Universitária, que possibilitará a atuação da Universidade no contexto do Assentamento na perspectiva de assegurar a continuidade da investigação e identificação de outras demandas existentes no Ho Chi Minh.

6 | APONTAMENTOS FINAIS

Os questionamentos e reflexões apresentados neste artigo demonstram a necessidade da compreensão da Reforma Agrária para além do acesso à terra. Sem dúvida, como bem reconhece Fábio Nunes (2018), são notáveis as lutas e as conquistas dos movimentos sociais, no sentido de assegurar, via políticas públicas, os direitos constitucionais dos assentados da Reforma Agrária. Entretanto, persistem consideráveis lacunas entre as demandas locais e os mecanismos de execução dos programas governamentais, cuja superação depende da compreensão das

particularidades da vida no campo e da criação de instâncias locais de decisão e controle social que assegurem os direitos básicos das famílias assentadas.

Os programas e as políticas públicas devem, portanto, propiciar a permanência da população no campo, a partir do entendimento da complexidade territorial instalada com o processo de urbanização extensiva. Como aponta Rua (2006, p. 100) "a reforma agrária [deve ser tratada de forma] diversificada, capaz de contemplar a imensa diversidade de situações oriundas da hibridez que marca as áreas rurais de hoje". Como discutido nesse artigo, a forma como são operacionalizadas as políticas públicas impõe entraves de acesso pelos assentados. Os diversos documentos, registros e procedimentos demandados limitam o exercício da autonomia coletiva pelas comunidades e as tornam dependentes das entidades credenciadas como ATER e também dos técnicos, administradores públicos, acadêmicos, entre outros agentes que detêm certa autoridade nas instâncias de decisão.

Nosso esforço de integração da Universidade ao grupo de agentes envolvidos na Reforma Agrária, por meio da extensão universitária, objetiva tanto a formação de profissionais mais capacitados a atuarem junto aos agricultores familiares e movimentos rurais quanto à avaliação e reelaboração das políticas existentes, adequando-as às particularidades dos modos de vida dos assentados. Dessa forma, a construção de uma agenda comum que combine os interesses, habilidades e saberes das famílias assentadas, dos movimentos sociais do campo, da comunidade universitária e da sociedade civil organizada indica uma possibilidade de atuação conjunta para o enfrentamento das questões mais urgentes que perpassam a efetivação da Reforma Agrária no Brasil.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Victor Gabriel de Souza Lima. **Agroecologia: Para além do rural e urbano na RMBH**. Trabalho de conclusão de curso - Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2018.

AMARAL, Ângela de Arruda Camargo. **Habitação na cidade de São Paulo**. 2ª edição revisada. São Paulo, Pólis / PUC-SP, 2002. 120p.

ASSOCIAÇÃO DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA HO CHI MINH. **Para Além Das Bananas: Preservação, Restauração Ecológica, Ecoturismo e Empreendedorismo Socioambiental no Assentamento da Reforma Agrária Ho Chi Minh – Nova União/MG**. Proposta de trabalho para Fundo de Direitos Difusos (FDD). Nova União, 2018.

BALTAZAR, Ana Paula; KAPP, Silke. **Assessoria Técnica com interfaces**. In: IV ENANPARQ, 2016, Porto Alegre. IV ENANPARQ: Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo - Estado da arte. Anais... Porto Alegre: UFRGS, 2016. v. 1.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **FAQ - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf**. 2017. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pre/bc_atende/port/PRONAF.asp>. Acesso em: 20/08/2018.

BRASIL. **Decreto no 9.424**, de 26 de junho de 2018. Regulamenta o inciso V do caput do art. 17 da

Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que dispõe sobre a concessão de créditos de instalação de projetos de assentamento aos beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/Decreto/D9424.htm>. Acesso em: 20/08/2018.

CIMBLERIS, A. **Utilização de plantas medicinais no assentamento Ho Chi Minh (MG), do MST: pesquisa-ação**. Dissertação (Mestrado em Farmácia) - Faculdade de Farmácia, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, p. 180. 2007.

GARCIA, A. **A sociologia rural no Brasil: entre escravos do passado e parceiros do futuro**. Sociologias, Porto Alegre, ano 5, n. 10, p. 154-189, jul/dez. 2003.

INCRA. **Obtenção de terras**. 2018. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/Aquisicao_de_terras>. Acesso em: 15/08/2018.

LEFEBVRE, Henri. **La Revolución Urbana**. Madrid: Alianza, 1972.

LOMBARDI, Maria Rosa. **Políticas de habitação popular, trabalho associado e relações de gênero: a experiência da USINA**. São Paulo: FCC/DPE, 2011.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**. vol. I, T 2, São Paulo: Abril. Cultural, 1984 (Coleção os Economistas)

MONTE-MÓR, R. L. **Urbanização extensiva e lógicas de povoamento: um olhar ambiental**. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. D.; SILVEIRA, M. L. (Eds.). Território, globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec-Anpur, 1994, p. 169-181.

NUNES, Fábio Ramos. **Uma análise da política de ATER no DF e entorno**. Brasília, Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural, Universidade de Brasília, 2018. Dissertação (Mestrado).

RUA, João. **Urbanidades no rural: o dever de novas territorialidades**. Campo-Território: Revista de Geografia Agrária, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 82-106, fev. 2006.

SILVA, Rosana de Oliveira Pithan. **Análises e Indicadores do Agronegócio - v.11**, n.5, maio 2016

STEDILE, J. P. **Latifúndio: o Pecado Agrário Brasileiro**. 2. ed. São Paulo: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 2003.

SOBRE A ORGANIZADORA

Luciana Pavowski Franco Silvestre - Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2003), pós-graduação em Administração Pública pela Faculdade Padre João Bagozzi (2008) é Mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2013), Doutora em Ciências Sociais Aplicadas pela UEPG. Assistente Social da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social - Governo do Estado do Paraná, atualmente é chefe do Escritório Regional de Ponta Grossa da Secretaria de estado da Família e Desenvolvimento Social, membro da comissão regional de enfrentamento às violências contra crianças e adolescentes de Ponta Grossa. Atuando principalmente nos seguintes temas: criança e adolescente, medidas socioeducativas, serviços socioassistenciais, rede de proteção e política pública de assistência social.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Abuso sexual 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10

Acadêmicos 37, 62, 64, 65, 67, 69, 70, 71, 74, 75, 86, 88, 89, 90

Adoção 74, 75, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90

Amostragem 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 210, 212, 213, 214, 215, 216, 217

Antropologia 78, 108, 142

Assistência técnica 58, 92, 93, 94, 102

Aura 181, 182, 183, 184, 190, 191

B

Brasil 1, 2, 3, 5, 9, 11, 12, 20, 22, 23, 32, 34, 36, 37, 38, 39, 47, 48, 49, 57, 59, 62, 63, 65, 74, 75, 82, 83, 84, 85, 90, 91, 102, 110, 112, 113, 117, 119, 121, 122, 128, 129, 141, 142, 143, 144, 145, 147, 149, 150, 151, 153, 154, 194, 204, 205, 217, 218, 242

C

Cadeias de custódias 1, 7

Capital intelectual 130, 131, 132, 133, 135, 140

Centro de atenção psicossocial 22, 26, 33

Choque 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191

Cidade 1, 2, 3, 4, 10, 17, 18, 23, 26, 33, 53, 54, 59, 62, 86, 93, 94, 95, 96, 113, 114, 115, 142, 143, 145, 185, 212, 215, 226, 228, 229, 234, 238, 239, 240, 241, 242

Cinema 174, 175, 177, 179

Contabilidade 13, 20, 21, 48, 49, 64, 65, 66, 72, 219, 220, 221, 222, 225

Curso de direito 90

D

Deficiência 174, 175, 177, 178, 179, 180

Desenvolvimento regional 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 120

Dignidade humana 174, 176, 178

E

Economia 12, 13, 15, 42, 46, 48, 49, 51, 63, 107, 115, 130, 131, 132, 133, 135, 138, 139, 140, 141, 193, 195, 198, 215

Empoderamento feminino 130

Estatuto da criança e do adolescente 91

Ética 3, 11, 27, 38, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 90, 133, 179, 219, 220, 221, 222, 225

Experiência 23, 24, 30, 31, 33, 52, 53, 55, 60, 63, 76, 78, 79, 80, 82, 88, 89, 92, 93, 119, 128, 130, 131, 169, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 188, 189, 190

F

Família 6, 10, 11, 24, 25, 26, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 56, 57, 58, 74, 82, 83, 86, 88, 91, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 106, 113, 116, 117, 125, 128, 134, 143, 146, 174, 179, 195, 243

Familiares 7, 9, 22, 23, 25, 26, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 53, 56, 62, 107, 118, 125, 132, 150

Fenomenologia 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 162, 164

I

Impacto de vizinhança 226, 233

Inclusão social 12, 13, 94, 140, 178

Infração 219, 222, 224

J

Justiça restaurativa 34, 36, 37, 38, 39

M

Migração interna 105, 112, 119, 120

Moda 78, 141, 166, 181, 182, 183, 185, 186, 188, 189, 190, 191

Morte 79, 142, 143, 145, 151, 152, 153, 154, 242

Morto 142, 143, 150, 152, 153

Mundo da vida 155, 156, 157, 163, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173

P

Paisagem urbana 226, 227, 229, 235, 241, 242

Pesquisa científica 11, 34, 37

Pesquisas eleitorais 193, 194, 195, 196, 198, 201, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 210, 211, 212, 214, 215, 216, 217, 218

Princípios morais 64

Probabilidade 193, 197, 199, 202, 209, 210, 213, 214

Profissional 4, 6, 24, 25, 33, 44, 52, 55, 59, 60, 64, 65, 66, 69, 71, 72, 73, 94, 102, 116, 194, 219, 221, 222, 224, 225

Projeto civis 92, 94

Q

Quotas 193, 194, 195, 196, 197, 198, 200, 201, 202, 208, 212, 213, 214, 215, 216, 217

R

Razão de sexo 105, 114, 115

Rede de ação comunicativa 155, 156, 163, 165, 167

Relações de gênero 63, 105, 106, 107, 108, 110, 118, 124, 127, 128

Representação 42, 125, 142, 143, 146, 163, 187, 201, 208

Revitimização 1, 3, 4, 5, 7, 10

Revolução tecnológica informacional

S

Saúde criança 93, 103, 104

Saúde mental 7, 9, 11, 22, 23, 24, 25, 30, 32, 33

Sociedade em rede 155, 156, 158, 159, 161, 162, 163, 170, 171, 172

T

Taxa líquida de migração 105, 111, 115

Trabalho 4, 6, 7, 15, 18, 19, 25, 26, 33, 35, 40, 42, 43, 51, 52, 53, 56, 57, 58, 59, 60, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 72, 82, 89, 93, 102, 103, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 127, 128, 130, 131, 132, 133, 135, 136, 137, 139, 140, 156, 168, 174, 176, 181, 182, 186, 187, 188, 204, 220, 229

U

Universidades 34, 35, 37, 40, 41, 43, 44, 45, 46, 47, 49, 50, 51

V

Vítimas 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 36, 93, 109

Vivência 26, 125, 126, 181, 184, 185, 186, 190

Z

Zona rural 53, 115, 130, 131

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-689-8

